

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DA VISÃO DE ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA

Giuliano Roberto da SILVA¹

Moísa Anselmo MUDESTO²

¹Graduação Licenciatura Plena em Educação Física pela FAGAMMON – Lavras – MG
Especialização em Ginástica Especial Corretiva - UNIFMU – SP
Especialização em Diversidade e Gênero na Escola – UFLA – Lavras – MG
Mestrado em Biotecnologia em Saúde – UNINCOR –Três Corações - MG
Doutorando em Promoção de Saúde na Universidade de Franca – UNIFRAN – Franca - SP
Docente na Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON – Lavras – MG
Docente na Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS - Alfenas – MG
Docente na Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR - Três Corações – MG
Docente no Centro Universitário de Minas Gerais – UNISMG - Varginha – MG
Docente na Secretaria Regional de Ensino de Minas Gerais – SER – Varginha – MG
e-mail: giumusc@gmail.com

²Graduação em Educação Física pela FAGAMMON – Lavras – MG
Especialização em Educação Física pela FAVED – MG
e-mail: moisa_nep@hotmail.com

Recebido em: 08/01/2016 - Aprovado em: 17/07/2016 - Disponibilizado em: 18/12/2016

RESUMO

No âmbito escolar ainda há cenas de indiferença, distinção e marginalização de pessoas com deficiência. Essas ações auxiliam para que o rendimento escolar seja baixo e pode diminuir a auto-estima do indivíduo. Este estudo foi realizado como objetivo de avaliar a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física, considerando o discurso dos alunos sem deficiência, verificando, também, se durante as aulas o aluno com deficiência relaciona-se bem com o aluno sem deficiência, proporcionando, assim, uma inclusão efetiva. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, e o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. A amostra foi constituída por 35 alunos de uma escola da rede municipal da cidade de Lavras - MG, que se encontravam regularmente matriculados no Ensino Fundamental II, no oitavo ano, com idade entre 13 e 16 anos, sem nenhum tipo de deficiência, e obrigatoriamente, em sua turma houvesse uma pessoa com deficiência matriculada. Os resultados mostraram que o preconceito é um dos fatores que dificultam a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, além de outro fator, que é a falta de colaboração por parte dos alunos considerados “normais”. Logo, verificou-se que através das falas dos alunos que convivem com a realidade da inclusão, que muito ainda precisa ser feito para que haja êxito neste processo.

Palavras chave: Inclusão. Aulas. Educação Física. Estudantes com Deficiência. Estudantes sem Deficiência.

ABSTRACT

Within the school there is still indifferent scenes, discrimination and marginalization of people with disabilities. These actions help to academic achievement is low and may decrease self-esteem of the individual. This study was conducted to evaluate the inclusion of students with disabilities in physical education classes, considering the discourse of students without disabilities, checking, too, if during school students with disabilities relates well with students without disabilities, thereby providing an effective inclusion. This was a qualitative study of exploratory and descriptive character, and the data collection instrument used was a semi-structured interview. The sample consisted of 35 students of a school in the municipal system of the city of Lavras - MG, who were enrolled in elementary school II in the eighth year, aged 13 and 16, without any disability, and must in his division there was a person with registered disabilities. The results showed that prejudice is one of the factors that hinder the inclusion of students with disabilities in physical education classes, plus another factor, which is the lack of cooperation from students considered "normal." Soon, it was found that through the speeches of the students who live with the reality of inclusion, that much remains to be done to be successful in this process.

Keywords: Inclusion. Classes. Physical Education. Students with Disabilities. Students without Disabilities.

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 90, muito se tem discutido sobre as práticas sociais que tangem no sentido de minimizar os processos de exclusão social. A inclusão escolar dos alunos é um tema que ainda hoje é foco de discussões.

Segundo Kassar (2005), o termo inclusão requisita compreender as condições favoráveis e necessárias para receber, manter e promover com plenas competências as pessoas com deficiência, incluídas aquelas com necessidades especiais severas.

Para que isso ocorra no ambiente da instituição, todos os membros da comunidade escolar influenciam no processo de inclusão, sendo eles, professores, a própria escola e os colegas sem deficiência que tornam colaboradores entre si, ou seja, apóiam simultaneamente e aprendem uns com os outros (FERREIRA, 2005).

Para Oliveira (2004), do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, vagamente, sendo capaz de associar as diferenças no contexto da escola, o que requer a transformação de seu cotidiano e, realmente, o surgimento de novas formas de organização escolar, audaciosas e comprometidas com uma nova forma de pensar e fazer educação.

Dentro da realidade escolar, cada disciplina enfrenta reais dificuldades de adaptação para atender a necessidade de incluir. Sendo assim, em 20 de dezembro de

1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) número 9.394, estabeleceu, em seu art. 26, que a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às necessidades da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos (BRASIL, 1996).

Concordando com Duarte e Souza (2005), o professor de Educação Física deve contribuir com a formação do cidadão, portanto, a ação educativa deste professor deve possibilitar aprendizagens e avanços nas capacidades de adaptação para atender as pessoas com deficiência, o que possibilita descrever a ação da inclusão na área da Educação Física para além do simples desenvolvimento de atividades físicas.

Nogueira (2011), ressalta que entre os benefícios que a Educação Física pode proporcionar às pessoas com deficiência, estão a oportunidade de verificar seus limites e aptidões, prevenção das patologias secundárias à sua deficiência e o envolvimento do sujeito com a sociedade com a qual convive.

Quanto ao aspecto físico, Cidade e Freitas (2002), ressaltam melhorias na capacidade física através do meio em que se encontram, por meio da orientação espacial. O trabalho motor oferece uma maior independência ao aluno com deficiência, promovendo também uma melhora na relação com o seu “eu” e com as pessoas que o

cercam. Levando por esse contexto, vários são os benefícios para o lado do aluno incluso, onde não se pode ficar de fora a melhoria da condição física, reabilitação motora e o avanço das capacidades físicas em geral (BRAZUNA & CASTRO, 2001; GORLA *et al.*, 2007; GORGATTI *et al.*, 2008).

A inclusão nas aulas de Educação Física, quando bem orientadas e estimuladas pode viabilizar proveitos para todos. Manton (2006) e Sháncez (2005) argumentam que esta prática beneficia a todos os alunos, também, aqueles sem deficiência.

Lopes e Nabeiro (2008), constataram, a partir de uma pesquisa realizada em uma turma que possuía um aluno com deficiência, que os colegas reagem positivamente ao processo inclusivo, declarando que colaboram com o colega com deficiência e que o mesmo não atrapalha o andamento da aula e dos conteúdos.

O presente estudo foi realizado com o objetivo de avaliar a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física partindo do discurso dos alunos sem deficiência.

MÉTODO

O estudo desenvolvido foi qualitativo de caráter exploratório e descritivo.

A amostra da pesquisa foi constituída por 35 alunos de uma escola da rede municipal da cidade de Lavras - MG, que se encontravam regularmente matriculados no

Ensino Fundamental II, no oitavo ano, com idade entre 13 e 16 anos, sem nenhum tipo de deficiência, e obrigatoriamente, em sua turma houvesse uma pessoa com deficiência matriculada.

A coleta de dados ocorreu em uma entrevista semi-estruturada, elaborada e testada por meio de um estudo piloto e, posteriormente, aplicada na sala de aula sob orientação dos pesquisadores. Vale ressaltar que, no momento da entrevista, nenhum professor ou membro da escola se fazia presente para influenciar nas respostas.

Para que o estudo acontecesse, a direção da referida escola assinou uma autorização, permitindo o desenvolvimento da pesquisa nesta instituição de ensino. Além disso, os alunos foram convidados a participar do estudo e os que se interessaram em contribuir voluntariamente na pesquisa, levaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que seus pais ou responsáveis autorizassem sua participação na pesquisa, respeitando-se a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012.

Os alunos responderam as questões dentro de sala de aula, no horário de aula de Educação Física, ressaltando que somente os estudantes que possuíssem o TCLE assinado pelos pais, ou responsáveis, poderiam participar da entrevista.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram: ser matriculado na referida escola e estar em uma turma que tivesse pelo menos

um aluno com algum tipo de deficiência e que participasse das aulas de Educação Física.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os dados, foi utilizada a estatística descritiva e as falas de alguns entrevistados para justificar os dados estatísticos. Por questões éticas e de privacidade, os sujeitos da pesquisa foram identificados por números, sendo esses sujeitos de 1 a 35, numerados aleatoriamente.

Conhecimento e relacionamento com a deficiência

Com o objetivo de entender a relação de alunos com deficiência e sem deficiência nas aulas de Educação Física, foram elaboradas algumas questões que buscavam proporcionar ao estudo uma visão de como esses alunos se interagem e se comportam durante as aulas.

A tabela 1 apresenta as respostas dos indivíduos, em números absolutos, em relação ao entendimento geral sobre a deficiência e sobre alguns aspectos do relacionamento interpessoal.

Tabela 1- Questões sobre a deficiência

Questões da entrevista	Sim	Não	Às vezes
Você sabe o que é uma deficiência?	33	02	-
Você acha que existe algum tipo de preconceito?	32	03	00
Você ajuda de alguma forma seu colega com deficiência nas aulas de Educação Física?	16	17	02

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelos autores.

Verificou-se que a maioria dos alunos entende o que é uma deficiência, principalmente pela coerência das respostas quando os mesmos foram solicitados a exemplificar um tipo de deficiência. Abaixo, são apresentadas as respostas de alguns sujeitos, caracterizando sobre as questões de conhecimento e relacionamento com o aluno deficiente.

Sujeito 04: “*Sim. Pessoas que tem problemas, tipo: cego, mudo, cadeirante, entre outros.*”

Sujeito 34: “*Sim. Pessoa que é diferente, que tem que ter apoio do colega normal e ter mais atenção.*”

Sujeito 35: “*Sim, são algumas pessoas que tem algum problema, como por exemplo, alguém que não anda, não fala ou não ouve.*”

Segundo Araújo (2003), são considerados “deficientes” pessoas com dificuldades por apresentarem alguma alteração física ou mental gerando assim um obstáculo frente aos demais. Oposição essa que esta interligada ao aspecto cognitivo, afetivo ou motor, que tem sido tema de críticas e debates entre os profissionais que atuam com sujeitos assim denominados.

Segundo Pita (2011), os dados do Censo de 2010 revelaram uma elevação de dez pontos percentuais no número de pessoas com deficiência em relação ao total da população brasileira num período de dez anos.

No ano de 2000, os deficientes eram cerca de 14% da população, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já no ano de 2010, esse percentual atingiu os 24%, ou seja, 45,6 milhões de pessoas ou quase um quarto dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência.

Sendo assim, é comum a convivência com reportagens na televisão, revistas, artigos em jornais falando sobre deficiência, e é ainda mais comum se deparar com pessoas com deficiência, seja no trabalho, na escola, ou mesmo nas ruas (MENDES, RODRIGUES & CAPELLINI, 2003). Por tais motivos, é possível entender como os sujeitos da pesquisa, em sua grande maioria, sabiam claramente o que é uma deficiência.

Mas, apesar dessa realidade, a sociedade ainda deve refletir sobre as informações que envolvem o assunto deficiência (BAMPI, 2007; BAMPI, 2008). Quando perguntados sobre preconceito, 91% dos alunos afirmaram que há preconceito em relação às pessoas com deficiência, alguns apontando de maneira geral e outros especificando em situações do dia a dia escolar.

Abaixo, são representados alguns “dizeres” dos participantes sobre preconceito.

Sujeito 10: “*Sim (geral), mas na nossa sala não.*”

Sujeito 12: “*Sim, deboches, brincadeiras bobas.*”

Sujeito 27: “*Sim, quando vamos praticar esportes, às vezes, ele é excluído.*”

Para Verenguer (2003), colaborar com um sistema inclusivo é estar preparado a entender e reverenciar as desavenças individuais. Nesse sentido, os resultados obtidos nesta pesquisa, mostram que um número muito alto de estudantes, confirmam algum tipo de preconceito existente na instituição de ensino. E isso mostra que as chamadas desavenças individuais não estão sendo, de fato, respeitadas.

Contudo, ao debater sobre o tema da inclusão escolar é preciso considerar amplos aspectos como investimento mínimo no sistema educacional brasileiro, ausência de infraestrutura no que diz respeito a recursos físicos para atender os alunos em geral, o preconceito, a discriminação, e a falta de crédito que ainda reina em relação às pessoas que possui algum tipo de deficiência. Esses indivíduos são desrespeitados e não são compreendidos como seres humanos com potencialidades e capazes de produzir como os demais cidadãos (LEONARDO *et al.*, 2009).

Strapasson (2006), relata ainda, que é preciso fazer com que os alunos "normais" vivenciem os problemas encarados por essas pessoas em suas muletas, cadeiras de rodas, enfim, quando se toma conhecimento dos problemas, o valor e o respeito podem ser inspirados com mais firmeza.

Ventura (2001), alerta que o preconceito não se corrige mediante o bom uso da linguagem, evitando palavras como denegrir, judiar ou cego de raiva. Esse comportamento apenas mascara o preconceito.

Fato que reafirma o preconceito acima discutido são as falas dos sujeitos em relação à cooperação com os alunos com deficiência. Embora alguns afirmassem colaborar, o fator preocupante é que um número muito alto não colabora, como evidenciado nas falas abaixo:

Sujeito 1: “ Não tenho contato com essa pessoa nas aulas de Educação Física.”

Sujeito 17: “Não, porque na maioria das vezes ela não gosta de fazer e não participa.”

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiência, são excluídas das aulas de Educação Física. Como visto, a participação nesta aula pode trazer muitos benefícios a essas pessoas, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (PCN, 1997).

Portanto, é indispensável pensar em estratégias para que o resultado apresentado neste estudo não seja a realidade das pessoas com deficiência nas escolas, em especial nas aulas de Educação Física. Sugere-se, também, que haja rigorosa intervenção dos profissionais para que se eliminem as

situações de preconceito e de ausência de participação de tais alunos com deficiência nas aulas.

Realidade da inclusão nas aulas de Educação Física

Com o objetivo de avaliar a inclusão nas aulas de Educação Física, tendo como realidade o discurso dos estudantes sem deficiência, foi elaborado, também, questões voltadas a esse quesito.

A tabela 2 apresenta as respostas dos indivíduos, em números absolutos, em relação a realidade da inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física.

Tabela 2 - Inclusão dos alunos com deficiência.

Questões	Sim	Não	Às vezes
Você acha que sua escola está preparada para receber pessoas com deficiência?	24	11	0
Os professores de Educação Física são capacitados?	26	09	0
Você acha que a pessoa com deficiência deve participar das aulas de Educação Física?	33	02	0
Em sua opinião alunos com deficiência podem ter melhor desenvolvimento, em turmas que só tenha alunos com deficiência?	15	20	0
Você considera as aulas de Educação Física apropriadas para todos os alunos, inclusive, o aluno deficiente?	19	16	0
Você acredita que a atenção dada a esse aluno com deficiência atrapalha no desenvolvimento e no rendimento da aula?	05	30	0
Seu colega com deficiência participa de todas as atividades?	06	29	0

Fonte: Dados da pesquisa realizada pelos autores.

Esclarecendo o que os estudantes afirmaram, 94,2% ratificam que a inclusão deve existir, pois, confirmam que o aluno deficiente deve participar das aulas de Educação Física. Outro fator que predominou foi o número de respostas positivas em relação a questões que envolvem a inclusão, afirmando a preparação da escola em receber esse público e a capacitação dos professores para atendê-los.

Segundo Cidade e Freitas (1997), a Educação Física escolar se baseia em uma grande área de adaptação, ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas, de acordo com as suas possibilidades, proporcionando assim que sejam valorizados e se integrem em um mesmo contexto. Sugerem ainda que o programa de Educação Física, quando adaptado ao aluno deficiente, possibilita a percepção de suas limitações e capacidades, ajudando, assim, a sua compreensão e adaptação.

E para tal é importante à preparação e capacitação dos professores para lidarem com alunos que precisam de um atendimento diferenciado. O processo de ensino-aprendizagem é um procedimento interativo e de responsabilidade de ambas as partes. Assim o professor deve estar ciente de qual tipo de deficiência seu aluno obteve para poder lidar com mera situação (LOPEZ & VALDÉS, 2003; VITALINO 2007).

De acordo com Bailão, Oliveira e Corbucci (2002), a inclusão é a maneira ideal de assegurar igualdade de oportunidades e oferecer aos alunos com deficiência a possibilidade de interação com outras crianças estabelecendo trocas que proporcionem crescimento. Sendo assim, a Educação Física é um grande aliado na interação social, no desenvolvimento das funções da inteligência e, principalmente, no progresso das condições motoras de uma pessoa com deficiência (SOUZA, 2007).

Um dos benefícios que cabe ressaltar é que, por meio da inclusão dos estudantes com deficiência nos programas de Educação Física regular, é possível observar transformações de condutas positivas por parte dos estudantes não deficientes (BLOCK & VOGLER, 1994).

Após vários estudos, Mandarin (2004), concluiu que o principal argumento oferecido pelos professores para a não inclusão de alunos deficientes em suas aulas de Educação Física foi em virtude da ausência de formação específica na área.

Nesse contexto, Mrech (1998), afirma que o funcionamento de uma escola inclusiva engloba ininterrupta fiscalização do projeto pedagógico, com auxílio técnico dos participantes envolvidos, ou seja, escola, alunos e pais. A estrutura da equipe técnica proporcionará uma melhor preparação do professor, levando-o a estar atento às informações apropriadas sobre os problemas que a criança possa apresentar em seu

processo de aprendizagem, além de novas alternativas para a introdução de adequações atualizadas ao trabalho, gerando nova estruturação do processo de ensino-aprendizagem, voltada para as reais necessidades dos alunos e para os critérios efetivos de avaliação do rendimento escolar. É essencial que os professores levem a criança a transpor os limites que ela se impõe, visando fazer com que alcancem o máximo de suas potencialidades.

Quando os estudantes foram perguntados se o aluno com deficiência teria melhor desenvolvimento em turmas que só tivessem pessoas deficientes, 42,8% asseguraram que sim, e exemplificaram que as aulas e a atenção estariam voltadas para eles, em que teriam uma boa educação juntamente com um ótimo progresso de conhecimentos. Já 57,1% descreveram que não, pois para adquirir uma evolução, relataram que a interação com a sociedade e o convívio com pessoas ditas normais influenciaria na melhoria nos resultados de aprendizagem.

Abaixo, estão apresentadas as falas de alguns sujeitos que argumentam e caracterizam sobre as questões desta categoria.

Sujeito 05: *“Não, porque ele tem que misturar com outros alunos para interagir-se.”*

Sujeito 12: *“Sim, pois eles não vão estar excluídos e nem se sentido diferente.”*

Sujeito 09: *“Sim, porque as aulas e a atenção vão ser voltadas para eles.”*

Sujeito 17: *“Não, eles também podem aprender com pessoas que não tem deficiência.”*

Segundo Lima (2012), somadas às justificativas morais estão às bases racionais das práticas integradoras. Acredita-se que seus benefícios auxiliariam não só os deficientes, mas também aqueles sem deficiências.

Os benefícios para os alunos com deficiência incluem em estar se associando aos locais de aprendizagem mais desafiadores; ter maiores chances para perceber e aprender com alunos mais competentes; vivenciar ambientes normalizados e realistas visando à promoção de aprendizagens significativas assim como ambientes sociais mais facilitadores. Já os benefícios potenciais para os colegas sem deficiências seriam a promoção da aceitação da diversidade partindo da forma como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem e, ainda, motivá-los à aceitação das próprias potencialidades e limitações (MENDES, 2006).

Seguindo com as afirmações dos estudantes, 54,2% consideram as aulas de Educação Física adequadas tanto para o aluno com deficiência como para a própria amostra,

onde um grupo preponderante subestimou a hipótese de que a atenção dada ao aluno deficiente durante as aulas podem atrapalhar o prosseguimento da mesma.

Dando continuidade aos dados coletados, 82,8% dos estudantes contestaram a participação do colega deficiente em todas as atividades, onde alguns retrucaram com a informação de que as atividades propostas eram desapropriadas, e outros argumentaram que os alunos deficientes não gostavam de participar das aulas por motivos de exclusão ou de às vezes, estes terem de ir embora mais cedo.

Sujeito 02: *“Não. Bom, essa pessoa prefere ficar sentada olhando as outras, ou porque ninguém chama ela para participar.”*

Sujeito 06: *“Não, por não serem apropriadas para ela.”*

Sujeito 07: *“Não, porque não é apropriado. Ex: movimentos bruscos.”*

Sujeito 09: *“Sim. Às vezes, pois não tem como dar atenção para todos.”*

Sujeito 25: *“Sim, porque ele é como nós todos, e acho bom para ele estar participando.”*

Sujeito 15: *“Não, porque ela vai embora mais cedo.”*

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou-se que o preconceito é um dos fatores que dificultam a

inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, visto que foi considerável o número de alunos que responderam que o preconceito está presente, além de outro fator, que é a falta de colaboração por parte dos alunos considerados “normais.”

Apesar de todas as barreiras percebidas, houve avanços em direção à inclusão de alunos, porém ainda se faz necessária a implantação de atividades voltadas para a cooperação e para a inclusão.

A Educação Física deve ser produtora da independência da pessoa com deficiência na procura pelo seu progresso como ser humano, logo, verificou-se que por meio da fala dos alunos que convivem com a realidade da inclusão, que muito ainda precisa ser feito para que haja êxito neste processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. D. **Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Série Legislação em Direitos Humanos, v.3. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos / Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE); 2003.

BAILÃO, M.; OLIVEIRA, R. J.; CORBUCCI, P. R. Educação Física inclusiva e as múltiplas inteligências. **Revista Digital, Buenos Aires**, 8(49): p.1-12, 2002.

BAMPI, L. **Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas com Lesão Medular Traumática: uma forma de estudar a experiência da deficiência.** [Tese]. Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2007.

- BAMPI, L.; GUILLEM D.; LIMA D. D. Qualidade de Vida em Pessoas com Lesão Medular Traumática: um estudo com o WHOQOL-bref. **Rev. Bras. Epidemiol.**, 11(1): p. 67-77, 2008.
- BLOCK, M. E.; VOGLER, W. Inclusion in regular physical education: the research base. **The Journal of Physical Education, Recreation and Dance**, 65(1): p. 40-44, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1997. 89p.
- CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução a Educação Física e ao Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. 102p.
- DUARTE, E.; SOUZA, S. M. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais. experiências e intervenções pedagógicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 113p.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 76p.
- FERREIRA, M. C. C. Ressignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva** –Ressignificando conceitos e práticas: a contribuição da produção científica. Vitória: UFES, 2005.
- GORGATTI, M. G. et al. Tendência competitiva no esporte adaptado. **Arquivos Sanny de Pesquisa e Saúde**, 18(1): p. 18-25, 2008.
- GORLA, J. I. et al. Composição corporal em indivíduos com lesão medular praticantes de basquetebol em cadeiras de rodas, **Arquivos de Ciência da Saúde Unipar**, 11(1): p. 39-44, 2007.
- KASSAR, M. C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala. In: **GOÉS, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores associados, 2005. p. 49-68.
- LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. **Rev. bras. educ. espec.** 15(2): p. 127-135, 2009.
- LIMA, A. M. S. **Práticas pedagógicas com alunos em situação de deficiência em escolas no município de Currais Novos: caminho da inclusão?** 2.ed. Lisboa, 2012. 89p.
- LOPES, A. de C.; NABEIRO, M. Educação física escolar e o contexto inclusivo: o que pensam os educandos sem deficiência? **Motriz de Rio Claro**, 14(4): p. 494-504, 2008.
- MANDARINO, C. M. A Educação Física e a questão da inclusão dos alunos com “necessidades especiais”. **Revista da SOBAMA Rio Claro**, 9(1): p. 35-38, 2004.
- MENDES, E. G.; RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. O que a comunidade quer saber sobre educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, 9(2): p. 181-194, 2003.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 11(33): p. 220-139, 2006
- MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Revista Integração**, 8: p. 37-40, 1998.
- NOGUEIRA, D. **A importância da Educação Física para os portadores de deficiência física**. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 9(2): p. 195-210, 2011.

OLIVEIRA, C. B. Mídia, cultura corporal e inclusão: conteúdos da educação física escolar. **Revista Digital Buenos Aires EFDeportes**, 10(77): p. 1-9, 2004.

PITA, M. Deficientes representam 24% da população do Brasil, diz IBGE. **Revista Motriz**, 7(2): p. 115-123, 2011.

SOUZA, M. P. de. Educação Física adaptada para pessoas portadoras de necessidades visuais especiais. **Revista Digital Buenos Aires EFDeportes**, 12(111): p. 1-10, 2007.

STRAPASSON, A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Revista de Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. Brasília**, 1(1): p. 7-17, 2007.

VENTURA, Z. **Conversa de cego**. O Globo, Rio de Janeiro, 2001.

VERENGUER, R. C. **Mercado de trabalho em educação física**: significado da intervenção à luz das relações de trabalho e da construção da carreira. Campinas, 2003, [Tese]. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

VITALINO, C. R. Análise de Necessidade de Preparação pedagógica de Professores de Cursos de Licenciatura Para Inclusão de Aluno com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 13(3): p. 99-108, 2007.